



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA – UNILAB INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ALINE ABREU DE FAMA

**ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNILAB-CEARÁ: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA
VIDA ACADÊMICA**

**REDENÇÃO - CE
2024**

ALINE ABREU DE FAMA

**ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNILAB-CEARÁ: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA
VIDA ACADÊMICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Humanidades pela Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
AfroBrasileira (UNILAB).

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa

**REDENÇÃO - CE
2024**

ALINE ABREU DE FAMA
**ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNILAB-CEARÁ: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA
VIDA ACADÊMICA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovada em ____/____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Mestranda Maria Edina Marques Ferreira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB-MIH

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. OBJETIVOS	07
2.1 Objetivos gerais	07
2.2 Objetivos específicos:	07
3. JUSTIFICATIVA	08
4. METODOLOGIA.....	09
5. DISCUSSÃO TEÓRICA	10
5.1. Educação Indígena e Identidade Cultural: o direito a educação	10
5.2. O Papel das Universidades na Valorização das Culturas Indígenas.....	12
5.3. A permanência e resistência da comunidade indígena dentro da UNILAB-CEARÁ...	13
6. CRONOGRAMA.....	17
REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

O ingresso de estudantes indígenas no ensino superior brasileiro é recente, mas tem refletido e gerado um movimento crescente para corrigir desigualdades históricas e promover a diversidade nas universidades brasileiras. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com sede administrativa no estado do Ceará, município de Redenção, representa um espaço fundamental para a análise das experiências acadêmicas dessas (es) alunas (os), que trazem consigo não apenas suas aspirações individuais, mas também as complexidades e particularidades de suas identidades culturais.

Entendemos que historicamente, as populações indígenas no Brasil enfrentaram uma série de desafios que resultaram em marginalização e exclusão social. Nisto, temos como exemplo o acesso à educação de qualidade, que foi uma das muitas áreas afetadas por esse contexto de desigualdade. Nas últimas décadas, no entanto, com a promulgação de políticas públicas voltadas para a inclusão, como a Lei de Cotas e programas de ações afirmativas, houve um aumento no número de estudantes indígenas nas universidades. Esse fenômeno não apenas representa uma conquista, mas também levanta questões cruciais sobre as condições de permanência e o apoio necessário para que esses alunos (as) possam se desenvolver plenamente em um ambiente acadêmico que muitas vezes não considera suas especificidades culturais.

Na UNILAB, temos dentro de seus muros uma diversidade, palavra essa que é uma marca registrada de sua proposta educacional, que visa promover a integração entre culturas e o diálogo intercultural. Porém, a realidade dos estudantes indígenas ainda é permeada por muitos desafios. Um fator que levantaremos em nossa pesquisa é a adaptação ao ambiente universitário, que frequentemente é muito diferente de suas realidades sociais e culturais, é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos discentes. Além disso, a não presença de professores (as) e lideranças indígenas nas instituições acadêmicas pode contribuir para uma sensação de isolamento e falta de representação, impactando negativamente a autoestima e a motivação desses (as) alunos (as).

Outro aspecto a ser considerado é a vulnerabilidade socioeconômica que caracteriza muitas comunidades indígenas. Questões como a falta de recursos financeiros, dificuldades no transporte e a necessidade de conciliar estudos com responsabilidades familiares e comunitárias são barreiras adicionais que podem comprometer o sucesso acadêmico. Esses desafios muitas vezes se entrelaçam, criando um cenário complexo que exige uma análise cuidadosa e abrangente das experiências dos estudantes indígenas na universidade.

Entretanto, é importante destacar que, apesar dessas dificuldades, muitos alunos (as) indígenas demonstram uma importante capacidade de resiliência e adaptação. Eles (as) buscam

maneiras de superar as barreiras impostas pelo sistema educacional e frequentemente encontram força em suas identidades culturais e nas comunidades que representam. O fortalecimento da identidade indígena, a valorização de saberes tradicionais e a busca por reconhecimento dentro do ambiente acadêmico podem ser vistos como formas de resistência e afirmação.

Portanto, este trabalho tem como objetivo explorar a trajetória e os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas da UNILAB, buscando compreender suas experiências, percepções e estratégias de enfrentamento. Para isso, a pesquisa se baseará em dados qualitativos obtidos através de entrevistas e questionários aberto e fechados, que permitirão uma análise mais aprofundada das realidades desses (as) alunos (as). Outra fonte que utilizaremos em nossa pesquisa é as ferramentas institucionais de controle estudantil. Ao investigar esses aspectos, pretende-se contribuir para uma compreensão mais ampla da situação dos estudantes indígenas no ensino superior, destacando a importância de políticas públicas e práticas institucionais que promovam a inclusão e a valorização da diversidade cultural no ambiente acadêmico.

Por meio deste estudo, pretendo além de enegrecer os desafios enfrentados por esses estudantes, mas também reconhecer suas conquistas e a riqueza que sua presença traz para a universidade. A promoção de um ambiente educacional que respeite e valorize as identidades indígenas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os indivíduos possam ter a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Identificar os principais desafios que os estudantes indígenas da UNILAB enfrentam em sua adaptação ao ambiente acadêmico, considerando fatores sociais, culturais e econômicos.

2.2 Objetivos específicos

- Investigar a percepção dos estudantes sobre as políticas de inclusão e ações afirmativas implementadas na UNILAB, analisando sua eficácia e impacto na vida acadêmica.
- Analisar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos estudantes indígenas para superar as barreiras impostas pelo sistema educacional e promover sua continuidade nos estudos.
- Recomendar políticas e práticas que possam fortalecer a inclusão e o suporte aos estudantes indígenas na UNILAB.

3 JUSTIFICATIVA

A justificativa dessa pesquisa inicia pela minha trajetória enquanto mulher indígena. Faço parte da comunidade Fazenda Balança, da Aldeia Kanindé, é uma comunidade um pouco mais afastada, porém ainda está inserida dentro do território indígena dos Kanindé de Aratuba-CE. De tal forma minha trajetória educacional ilustra os desafios e as conquistas que muitos (as) estudantes indígenas enfrentam em sua busca por uma formação superior. Iniciei meus estudos em uma escola municipal, onde a falta de valorização da minha cultura e identidade me deixava um sentimento de desconexão, isto é, não me sentia acolhida enquanto indígena. Os conteúdos eram totalmente voltados para outras etnias, muitas das vezes sem nenhuma sensibilidade à cultura indígena. A situação se complicou com as greves de professores, forçando-me a procurar alternativas que me permitissem continuar aprendendo. Foi nesse contexto que descobri a escola indígena, um espaço transformador que me conectou às minhas raízes e à liderança de minha comunidade.

Na escola indígena, a educação deixou de ser apenas uma transmissão de conhecimento acadêmico e passou a integrar aspectos essenciais da nossa cultura, história e valores. Essa mudança foi crucial para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico, pois, ao mesmo tempo em que aprendia conteúdos relevantes, também fui incentivada a refletir sobre a importância do ensino superior como um meio de empoderamento e transformação social. O incentivo recebido das lideranças indígenas para seguir adiante nos estudos abriu novas perspectivas, levando-me a sonhar com um futuro que antes parecia distante.

Essa experiência me mostrou que a educação pode ser um vetor de mudança, capaz de fortalecer não apenas a identidade individual, mas também a coletividade. A formação de líderes dentro da nossa comunidade é fundamental para a construção de um futuro mais justo e igualitário, onde possamos reivindicar nossos direitos e valorizar nossa cultura.

Então, acredito que trazer para a pesquisa a trajetória e os desafios da ~~na~~ vida acadêmica dos estudantes indígenas da UNILAB, é deixar registrado para a comunidade acadêmica e para a sociedade o que nós passamos dentro da universidade, pois, alguns acreditam que nossa vida dentro da UNILAB é permeada de facilidades acadêmicas, sobretudo financeiras e, isso desde a nossa entrada até a saída dos cursos. Portanto, ao compartilhar minha história e a de outros (as) estudantes, espero contribuir para a promoção de políticas que garantam a inclusão e a valorização da cultura indígena no ambiente acadêmico, criando condições que favoreçam não apenas nosso acesso, mas também nossa permanência e sucesso no ensino superior.

4. METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão aprofundada das experiências e percepções desses (as) alunos (as). Inicialmente nossa pesquisa terá uma revisão bibliográfica, a qual iremos trabalhar sobre a inclusão de estudantes indígenas no ensino superior, enfocando estudos anteriores que abordam temas como educação indígena, políticas de ação afirmativa e os desafios enfrentados por esses (as) alunos (as). A qual, entendemos que revisão fornecerá um referencial teórico para a análise das experiências dos estudantes da UNILAB.

A pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2009), dedica-se a um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado, ou seja, ela aborda o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Através dessa abordagem, busca-se entender a complexidade de fenômenos, eventos e processos particulares e específicos.

Para este projeto de pesquisa, a nossa metodologia será centrada no estudo das trajetórias de vida de estudantes indígenas da Unilab, no caso será dez (10) discentes do Curso do Bacharelado em Humanidades (BHU), com ênfase nas configurações identitárias que moldaram e continuam a influenciar suas trajetórias acadêmicas e pessoais. Conforme apontado por Nóvoa (1992), essa perspectiva proporciona uma nova compreensão das dinâmicas que envolvem a vivência acadêmica, permitindo uma humanização das experiências dos estudantes indígenas, que enfrentam desafios únicos em sua jornada. Nesse sentido, o estudo das narrativas e experiências de vida desses estudantes se configura como uma alternativa relevante para compreender como eles se relacionam com o ambiente universitário e lidam com as demandas acadêmicas, culturais e sociais que os cercam.

Outra fonte da nossa pesquisa é a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação (SECRAGI), a qual conseguimos entender o fluxo de alunos indígenas dentro da universidade, isso em todos os cursos. A partir dessas informações, poderemos identificar padrões de matrícula (e quais cursos os discentes indígenas estão mais presentes), taxas de retenção e outras métricas relevantes que ajudarão a traçar um perfil dos estudantes indígenas na UNILAB.

5.DISCUSSÃO TEÓRICA

5.1. Educação Indígena e Identidade Cultural: o direito a educação

A trajetória educacional de qualquer estudante que deseja se destacar no mercado de trabalho geralmente passa pela conquista de um diploma, seja ele de nível médio ou superior. A qual, para os estudantes indígenas, essa jornada pode inicialmente parecer acessível, especialmente com o novo enfoque da educação indígena que celebra a diversidade cultural. Contudo, ao buscar a realização de seus objetivos, eles enfrentam dois desafios significativos, como por exemplo a entrada nas instituições de ensino superior e a dificuldade de permanecer e concluir seus cursos. Por isso, iremos aqui discutir a educação indígena, a identidade e o direito à educação.

De acordo com estimativas da Fundação Nacional do Índio (2007), mais de 2.000 estudantes indígenas conseguiram ingressar nas universidades brasileiras graças às ações afirmativas, especialmente por meio das políticas de cotas, e que cerca de 8,7 mil estudantes indígenas concluíram o ensino superior até 2021, dados esses os últimos a serem atualizados. No Brasil, as cotas não se restringem apenas ao ensino superior; elas também estão presentes em diversos setores da sociedade, incluindo cotas eleitorais e a reserva de vagas em concursos públicos para negros, pardos e pessoas com deficiência. Essas medidas buscam promover a inclusão e a igualdade de oportunidades em diferentes contextos sociais.

A medida mais recente é a Lei das Cotas, A Lei Federal nº 4.723, de 13 de novembro de 2023, alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que a partir da informação do Ministério da Educação tem a seguinte alteração:

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. (BRASIL, 2023)

As chamadas ações afirmativas são políticas públicas ou privadas de combate à desigualdade estrutural de grupos mais vulneráveis à discriminação. O termo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, como forma de garantir direitos a grupos historicamente excluídos de sua cidadania plena (MOEHLECKE, 2004). De tal forma, a “Ação Afirmativa” é uma política da qual o sistema de cotas faz parte.

Amaral (2010) discorre que:

O sentido coletivo ou comunitário presente no universo e no cotidiano indígena evidencia uma diferença significativa quando se definem políticas de cotas, políticas afirmativas ou qualquer outra política social voltada aos povos indígenas. Além dos interesses de ascensão ou sucesso profissional individual para o mercado, comumente observados em

estudantes universitários negros ou oriundos da escola pública no contexto e na organização social capitalista, os estudantes indígenas carregam consigo as vivências, os pertencimentos culturais, as expectativas e as necessidades coletivas de sua aldeia ou comunidade. (Amaral, 2010, p. 141)

A educação indígena precisa ser vista como um aspecto central na preservação e valorização das identidades culturais dos povos indígenas, destacando-se como um direito fundamental reconhecido pela Constituição Brasileira de 1988. Pois, este direito à educação é abrangente, envolvendo não apenas a instrução formal, mas também a promoção e proteção das línguas, tradições e modos de vida indígenas. A intersecção entre educação e identidade cultural se torna, assim, um tema relevante para entender como as comunidades indígenas podem utilizar a educação como ferramenta de empoderamento e resistência.

O direito à educação para os povos indígenas é um princípio que busca garantir a diversidade cultural no contexto educacional brasileiro. A Constituição estabelece que a educação deve ser adaptada às realidades e necessidades específicas dos grupos indígenas, assegurando que suas culturas sejam respeitadas e valorizadas. A educação indígena não deve ser vista como uma mera inclusão dentro do sistema educacional convencional, mas como uma expressão legítima das identidades culturais, permitindo que os estudantes indígenas se conectem com suas raízes.

Um dos principais fundamentos da educação indígena é a abordagem bilíngue e intercultural, que integra as línguas nativas e a língua portuguesa. A educação bilíngue é crucial para a preservação das línguas indígenas, muitas das quais enfrentam o risco de extinção. Além de promover a fluência em ambas as línguas, essa abordagem cria um ambiente de aprendizado que valoriza e respeita as culturas dos alunos (as). A educação intercultural, por sua vez, permite que os estudantes aprendam sobre suas próprias tradições e história, enquanto também compreendem e interagem com a cultura dominante.

A preservação da identidade cultural é um objetivo central da educação indígena. Ao ensinar as tradições, a história e os saberes ancestrais, a educação fortalece o vínculo dos jovens com suas comunidades e raízes. Essa conexão é fundamental para a construção da autoestima e da autonomia, capacitando os estudantes a se tornarem defensores de suas culturas. Nesse sentido, a educação indígena não apenas transmite conhecimentos, mas também fomenta a construção de identidades fortes e resilientes.

No entanto, a implementação da educação indígena enfrenta desafios significativos. Muitas comunidades ainda têm acesso limitado a escolas adequadas e a recursos educacionais. A escassez de professores capacitados para atuar em contextos indígenas é um obstáculo adicional, já que muitos educadores não têm formação específica para lidar com a diversidade

cultural e linguística dos alunos. Além disso, a pressão da cultura dominante pode resultar em uma desvalorização das culturas indígenas, o que afeta negativamente a autoestima dos estudantes e a eficácia do processo educativo.

Portanto, é fundamental que as políticas educacionais sejam sensíveis às especificidades culturais e linguísticas dos povos indígenas. A criação de currículos que integrem o conhecimento tradicional e a história indígena, bem como a formação de professores que compreendam e respeitem essa diversidade, são passos essenciais para fortalecer a educação indígena. Ao assegurar que as identidades culturais dos povos indígenas sejam respeitadas e valorizadas dentro do sistema educacional, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Em suma, a partir do nosso entendimento, é que a educação indígena é um direito fundamental que vai além da simples instrução acadêmica. Ela representa uma forma de garantir que as identidades culturais dos povos indígenas sejam preservadas e valorizadas. Através da promoção de uma educação que respeite suas especificidades, é possível não apenas garantir o direito à educação, mas também fortalecer as comunidades indígenas em sua luta pela autodeterminação e pela preservação de suas culturas. Assim, a educação indígena se configura como um poderoso instrumento de empoderamento e resistência, essencial para a construção de um futuro onde a diversidade cultural é respeitada e celebrada.

5.2. O Papel das Universidades na Valorização das Culturas Indígenas

Dando continuação as universidades desempenham um papel fundamental na promoção e valorização das culturas indígenas, especialmente em um contexto onde a diversidade étnica e cultural é frequentemente ameaçada. A inclusão de estudantes indígenas no ensino superior não apenas enriquece o ambiente acadêmico, mas também cria oportunidades para que suas tradições e saberes sejam reconhecidos e respeitados. Essa valorização é essencial para a preservação das identidades culturais e para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Um dos principais aspectos do papel das universidades na valorização das culturas indígenas é a implementação de currículos inclusivos. Para que a educação superior realmente reflita a diversidade cultural do país, é necessário que as disciplinas abordem a história, a cultura e as contribuições dos povos indígenas. Isso envolve a integração de conhecimentos tradicionais nas áreas de antropologia, sociologia, ecologia e outras disciplinas. A presença desses conteúdos não apenas enriquece o aprendizado, mas também combate estereótipos e preconceitos, promovendo uma compreensão mais profunda e respeitosa das culturas indígenas.

Como citamos no debate anterior, a educação bilíngue assim como o ensino bilíngue é necessário dentro do campo universitário.

Precisamos avaliar os currículos dos cursos que são ofertados dentro das universidades, para que possamos perceber que por muitas vezes a multiculturalidade é esquecida, deixando um currículo eurocêntrico.

Silva (2007, págs. 135-136) afirmar que,

É necessário entender a estrutura científica do pensamento indígena. E isto não é simples: colocar os saberes em pé de igualdade científica, conseguir posicioná-los em um mesmo patamar, com igual status, é muito complicado. Estabelecer um diálogo entre os saberes é algo complexo na academia, porque temos conhecimento de que a nossa ciência ocidental fundou-se na questão da fragmentação dos conhecimentos e em um modelo homogêneo, como uma verdade que é construída. Existem, de fato, “verdades”. Ora, existem outras lógicas, outros jeitos de explicar o mundo, a natureza. E isso mexe com muita gente e nos obriga a pensar. (Silva, 2007, pgs. 135-136).

Luciano (2007, p.59), também declara sua percepção diante do não reconhecimento e por vezes, desqualificação dos conhecimentos indígenas pela ciência não indígena: No caso das universidades há um grave problema: os nossos conhecimentos tradicionais, os que vêm dos nossos povos, continuam sem validade nenhuma. Eles não são considerados. Servem para reflexões, para estruturar várias possibilidades, mas não têm valor. Imaginem que eu tenha que dar um parecer técnico. Eu não posso dá-lo a partir do conhecimento de meu povo. Eu seria obrigado a fazê-lo a partir da ciência ocidental, portanto, da ciência do branco, um modelo absolutamente ocidental, baseado no saber não indígena.

5.3.A permanência e resistência da comunidade indígena dentro da UNILAB-CEARÁ.

A partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação (SECRAGI) para a nossa pesquisa, tratemos aqui o levantamento de dos quantitativos de Estudantes Indígenas Ingressantes de 2020-2024 na UNILAB como um todo, não somente Ceará.

Esses dados servirão para uma continuação de nossa pesquisa, neste momento iremos socializar em nosso trabalho e fazer apenas uma análise previa.

Figura 01- Dados de 2020 até 2022

DADOS QUANTITATIVOS DE ESTUDANTES INDÍGENAS INGRESSANTES DE 2020-2024						
GERAL						
2020						
CURSO	ATIVO	FORMANDO	FORMADO	CONCLUÍDO	CANCELADO	TRANCADO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	0	0	0	1	0
ANTROPOLOGIA	0	0	0	1	0	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1	0	0	0	1	0
CIÊNCIAS SOCIAIS	0	0	0	1	0	0
ENFERMAGEM	0	0	0	0	0	1
LETRAS L.INGLESA	0	0	0	0	1	0
HUMANIDADES	0	1	0	0	1	0
HISTÓRIA	0	0	0	0	0	1
TOTAL	4	1	0	2	4	2
TOTAL						
2021						
CURSO	ATIVO	FORMANDO	FORMADO	CONCLUÍDO	CANCELADO	TRANCADO
ANTROPOLOGIA	1	0	0	0	1	0
HUMANIDADES	1	0	0	1	0	1
LETRAS L.INGLESA	1	0	0	0	1	0
TOTAL	3	0	0	1	2	1
TOTAL						
2022						
CURSO	ATIVO	FORMANDO	FORMADO	CONCLUÍDO	CANCELADO	TRANCADO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0	1	0
ANTROPOLOGIA	1	0	0	0	0	0
AGRONOMIA	1	0	0	0	0	0
COMPUTAÇÃO INFORMÁTICA	0	0	0	0	1	0
ENFERMAGEM	1	0	0	0	0	0
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	1	0	0	0	0	0
FARMÁCIA	1	0	0	0	0	1

Fonte: Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação (SECRAGI), Dados obtidos via e-mail- Ano: 2024

Figura 02- Dados de 2023 até 2024

HUMANIDADES	2	0	0	0	4	0
HISTÓRIA	1	1	0	0	2	0
LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	1	0	0	0	1	0
LETRAS LÍNGUA INGLESA	0	0	0	0	1	0
DECIENCIATURA INTER. CIÊNCIAS NATURA	0	0	0	0	4	0
MATEMÁTICA	1	0	0	0	0	0
PEDAGOGIA	1	0	0	0	1	0
SERVIÇO SOCIAL	2	0	0	0	1	0
TOTAL	13	1	0	0	16	1
TOTAL						
2023						
CURSO	ATIVO	FORMANDO	FORMADO	CONCLUÍDO	CANCELADO	TRANCADO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1	0	0	0	2	0
ANTROPOLOGIA	2	0	0	0	0	0
AGRONOMIA	1	0	0	0	2	0
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	1	0	0	0	0	0
ENFERMAGEM	0	0	0	0	1	0
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	0	0	0	0	1	0
ENGENHARIA DE ENERGIAS	1	0	0	0	0	0
HUMANIDADES	5	0	0	0	6	0
LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	2	0	0	0	2	0
MATEMÁTICA	1	0	0	0	0	0
SERVIÇO SOCIAL	3	0	0	0	2	0
TOTAL	17	0	0	0	14	0

ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	1	0	0	0	0	0	
ENGENHARIA DE ALIMENTO	1	0	0	0	0	0	
FARMÁCIA	1	0	0	0	0	0	
HUMANIDADES	2	0	0	0	0	0	
HISTÓRIA	1	0	0	0	0	0	
LIC. INTERCULTURAL INDÍGENA	55	0	0	0	5	0	
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	1	0	0	0	0	0	
LETRAS - LÍNGUA INGLESA	1	0	0	0	0	0	
MEDICINA	1	0	0	0	0	0	
PEDAGOGIA	1	0	0	0	0	0	
SERVIÇO SOCIAL	2	0	0	0	0	0	
TOTAL	71	0	0	0	5	0	TOTAL 76
Apenas os cursos citados tiveram matrículas de pessoas autodeclaradas indígenas.							

Fonte: Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação (SECRAGI), Dados obtidos via e-mail– Ano: 2024

De forma rápida conseguimos fazemos uma análise sobre esses dados, como por exemplo somando os anos disponibilizados, temos um fluxo de 160 alunos (as) indígenas, o que nos revela uma realidade preocupante em comparação com o número de discentes não indígenas. Esse número, embora significativo, ainda é considerado baixo, o que indica a necessidade urgente de implementar estratégias que promovam a inclusão e permanência desses estudantes.

Esse fluxo reduzido sugere que, apesar das políticas de ação afirmativa, como as cotas para estudantes indígenas, existem barreiras que dificultam o acesso e a continuidade na educação superior. Fatores como a adaptação ao ambiente acadêmico, a falta de recursos específicos, e a escassez de suporte psicossocial podem contribuir para essa situação.

Além disso, a presença limitada de estudantes indígenas nas universidades evidencia a importância de se aprofundar em questões relacionadas à valorização das culturas indígenas dentro do espaço acadêmico. Para que a UNILAB se torne um ambiente verdadeiramente inclusivo, é fundamental que a instituição promova iniciativas que não apenas garantam o acesso, mas também assegurem que os estudantes indígenas se sintam apoiados e representados ao longo de sua trajetória acadêmica.

Portanto, é essencial que a universidade reforce seus compromissos com a diversidade e a inclusão, buscando entender e atender às necessidades específicas dessa comunidade, para que possamos ampliar o fluxo de alunos (as) indígenas e promover uma educação mais equitativa e representativa.

Algo que podemos discutir é a invisibilidade que nós indígenas temos dentro da Universidade, a quais podemos citar Lima e Hoffmann (2007, pp. 17-18):

É preciso ter muito claro que os acadêmicos indígenas são jovens que podem ser fenotipicamente muito parecidos com os habitantes regionais com que convivem. Chegam ao ponto de, como dito antes, serem invisíveis enquanto integrantes de coletividades etnicamente diferenciadas para seus professores e para a estrutura universitária em que se inserem. Mas o fato é que diferem dos outros estudantes regionais, pobres, negros, brancos, por seus sistemas de valores e de pensamentos, por seus conhecimentos, por sua visão de mundo em última instância, por suas redes de parentesco e relacionamento e, não esqueçamos, por saberem-se portadores de identidades diferenciadas hoje em dia apoiadas em direitos coletivos. Os indígenas são, também, portadores da consciência acerca do peso do sistema de preconceitos que incide sobre eles – muito distinto do relativo aos afrodescendentes – em razão dessa trama de estereótipos, verdadeiras narrativas historicamente construídas ao seu redor. Parte dos efeitos dessa trama é reduzir a rica diversidade de seus modos de viver a um ente único e genérico, que todos nós brasileiros, negros, brancos, filhos de imigrantes, supomos conhecer – “o índio”. (Lima e Hoffmann, 2007, pp. 17-18)

Refletir sobre as trajetórias de estudantes indígenas no ensino superior envolve discutir as bases eurocêntricas que fundamentaram nossas universidades. Os relatos desses estudantes nos levam a questionar as condições atuais da universidade em relação a essa questão. Estaria a universidade brasileira realmente preparada para acolher as diferentes etnias, cada uma com suas culturas, rituais e línguas? Quais ações estão sendo desenvolvidas para promover uma nova sensibilidade na comunidade universitária no que diz respeito à diversidade?

Enfrentando diversos desafios, esses estudantes saem de suas comunidades e entram em um mundo que exige coragem e ação, além do reconhecimento de aliados que encontram ao longo do caminho. Essa jornada é marcada pela superação de muitos obstáculos, sendo um passo crucial para sua integração social. Assim, é imperativo que a universidade também enfrente esse desafio de acolher e valorizar as culturas indígenas em sua totalidade.

6. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	AGO	SET	OUT	NOV
Escrita do projeto	X	X	X	X
Revisão de literatura		X	X	
Levantamento de dos quantitativos de Estudantes Indígenas Ingressantes de 2020-2024		X	X	
Apresentação do Projeto				X

REFERÊNCIAS

AMARAL, W. R. As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos. 2010. 591 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 set. 2024.

BRASIL. Lei Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 18 de set. 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.723, de 12 de julho de 2023*. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 7 nov. 2024.

Luciano, G. J. S. (2007). Ação afirmativa e direitos culturais diferenciados – as demandas indígenas pelo ensino superior. In: A. C. De Souza Lima & M. Barroso-Hoffmann (Orgs.). Seminário Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados (pp. 42-59). Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED.

NÓVOA, A. (org.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992

MOEHLECKE, S. Fronteiras da igualdade no ensino superior: excelência & justiça racial. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Silva, R. H. D. (2007). As experiências universitárias em curso e as propostas de trabalho. In: A. C. De Souza Lima & M. Barroso-Hoffmann (Orgs.). Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados (pp. 112-138). Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED.

Souza Lima, A. C. de, & Hoffmann, M. B. (Orgs.) (2007). Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil. Trilhas de conhecimentos. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED.